

Programa de Pós-Graduação em Educação  
 Universidade do Estado do Mato Grosso  
 Cáceres - Mato Grosso - Brasil

Revista da Faculdade de Educação. Vol.37 - N.01 (JAN /JUL) / 2022  
 ISSN: 2178-7476



## CONSIDERAÇÕES SOBRE TRABALHO E BAIXO FLUXO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO INTERIOR DE SÃO PAULO

### CONSIDERATIONS ABOUT WORK AND LOW FLOW IN A PUBLIC SCHOOL IN THE INTERIOR STATE OF SAO PAULO

Luiz Ademir Bassani  
 Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
<https://orcid.org/0000-0002-9104-381X>

**RESUMO:** Este artigo se configura como um relato de experiência sobre um trabalho desenvolvido interdisciplinarmente durante aulas de matemática no Ensino Médio, em uma escola que apresenta baixo fluxo, entendido como forte incidência de reprovação e abandono escolar. A unidade de ensino conta com uma parcela considerável de seus estudantes em situação de vulnerabilidade social e expostos ao “trabalho precário” e ao tráfico de drogas, e não tem promovido um ambiente de discussão sobre o assunto trabalho e emprego. O processo investigativo se caracteriza como relato de experiência ocorrida em uma aula de matemática contextualizada a fim de proporcionar oportunidade de aprendizagem significativa com abordagem qualitativa. O texto se apresenta em forma de narrativa e pretende problematizar o tema e entender possíveis influenciadores do fracasso escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho, currículo, fracasso escolar.

**ABSTRACT:** This article is an experience report about a work developed interdisciplinary during mathematics classes in High School, in a school that has low flow, understood as the incidence of failure and dropout. The school has many students who are socially vulnerable and exposed to “precarious work”, drug trafficking, in a school that does not discuss the subject of work and employment. The investigative process is characterized as an experience report that took place in a contextualized mathematics class in order to promote meaningful learning with a qualitative approach. It is presented in the form of a narrative and intends to problematize the theme and understand possible influencers of school failure.

**KEYWORDS:** work, curriculum, school failure.

#### Introdução

No início do ano letivo de 2020, a escola onde trabalho exibiu um cartaz com a relação de três, entre cerca de 40 alunos do último ano do Ensino Médio (EM), que entraram em um curso superior. Torna-se patente diante da proporção do quadro, portanto, a necessidade da discussão acerca da importância de um curso universitário, reforçando a ideia de que é lá na faculdade que se discute o trabalho e evidenciando também a dificuldade de articular o que é ensinado na sala de aula com a vida real, durante o EM.

Poderiam esses números contribuir para lançar nosso aluno ao mundo do trabalho precocemente e ainda desacreditar o discurso sobre a relação maior escolaridade x maior renda x maior

inserção no mercado de trabalho? No intuito de aguçar os desdobramentos desta questão podemos acrescentar a afirmação de Corrochano *et al* (2019, p. 164): “Pouco se sabe (...) das experiências e aspirações desses jovens em relação ao mundo do trabalho”. A citação foi o grande incentivo para relacionar a minha atividade de professor à percepção do mundo embarcada no currículo do EM da escola em que trabalho. A partir da minha curiosidade, decidi aprofundar minha compreensão sobre possíveis motivos para tão poucos alunos seguirem estudando. Então, me deparei com alguns temas interessantes indicados pelos professores nas reuniões pedagógicas da unidade. O primeiro é a culpabilização dos alunos e de suas famílias pelo fracasso, assunto este já pesquisado por Barbosa, Ferraz e Pimenta (2017), entre outros autores, tema, porém, não incluído nesta discussão. O segundo é a constatação de baixo fluxo entre nossos alunos do EM. O termo “fluxo” é utilizado pela Secretaria Estadual de Educação do estado de São Paulo (SEDUC) nos relatórios de aproveitamento e é calculado por meio da divisão do total de alunos aprovados pelo total de alunos matriculados em cada série de uma etapa da escolarização. Na escola em que trabalho a taxa de retenção e abandono chega perto de 23%, situando-se um pouco acima da média estadual, que já é alta e fica em torno de 18,50% (SÃO PAULO, 2022).

Durante algumas aulas de matemática, buscando a intersecção entre conteúdos da minha disciplina e de biologia para permitir que o aluno elabore uma visão mais ampla a respeito de um tema específico, foi trazido um assunto que chama muito à participação de todos na discussão, que é o consumo de drogas.

A dinâmica da aula era a apresentação do assunto “drogas”, e partiríamos de pesquisas em sites na internet, para posteriormente complementar a pesquisa com a leitura de artigos científicos e, então, então seguir para a discussão e registros. Apresentei em forma de quadrinhos a experiência do psicólogo canadense Bruce Alexander (1980), que propõe a ideia de que o grande potencial de causar vício das drogas não reside apenas em suas propriedades químicas, mas também no isolamento e na falta de perspectiva, objetivos e atividades prazerosas da pessoa que a consome. Para minha surpresa, todos daquela sala – moradores de um bairro periférico e com forte influência do tráfico de drogas ilícitas –, concordaram com a pesquisa de Alexander. A surpresa maior foi o questionamento de alguns alunos a respeito do motivo do discurso dos professores ser tão diferente, na forma de perguntas como: “*Por que mentem pra gente? Eu já sabia que não vicia e não mata, só morre quem não paga os caras da rua dez*”<sup>1</sup>.

Mais uma vez, como em outras ocasiões na sala de aula, surgiu o questionamento sobre o discurso e a relação entre professores e alunos. Da mesma forma, o ensino de Matemática desconectado da realidade poderia provocar também uma desconexão entre escola e alunos no tocante a temas decisivos no momento de vida desses estudantes, como consumo de drogas, projeto de vida, estudo, trabalho e emprego. Ao perguntar o que a turma sabia a respeito de emprego, ocupação e renda, a resposta foi que não sabiam quase nada.

A escola onde atuo como professor de Matemática apresenta um fluxo de alunos muito baixo, ou seja, um desempenho marcado pelo fracasso escolar, desistência e repetência. Nas conversas desenvolvidas durante a Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), os motivos elencados para tal fluxo de alunos eram quase sempre a relação com o tráfico de drogas e/ ou a necessidade de trabalhar, incluindo alunos menores de 16 anos. Foi a persistência dessa proposição que me deixou curioso para saber mais sobre os alunos que trabalhavam em meio período, assim como outros, cujos relatos nas mesmas conversas davam conta de que haviam desistido das aulas para poder trabalhar em período integral a que o jovem<sup>2</sup> se dedica, considerando a idade de 16 anos como mínima para admissão ao trabalho, ainda que na condição de aprendiz, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Assim, dentro de um cenário de uma escola pública de Ensino Fundamental e Ensino Médio, com baixo fluxo em relação a outras escolas de diferentes localidades no mesmo município, surgiu o

1 Referência feita por aluno à rua de comércio e consumo de drogas situada próximo à escola.

2 No Brasil, a atual Política Nacional de Juventude (PNJ) considera jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre os 15 e os 29 anos. Abrange, dessa forma, jovens na faixa de 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes, que são o público deste texto.

questionamento: o ensino longe da realidade dos alunos, em conjunto com um raso entendimento do mundo do trabalho, poderia promover o fracasso de alunos do E.M.?

## Método

A narrativa deste texto apresenta um processo investigativo caracterizado pela abordagem qualitativa de um relato de experiência que, segundo Grollmus (2015), é um conhecimento que se transmite com o aporte teórico científico e possibilita ampliação do aprendizado. O relato foi pautado na experiência vivenciada pelo autor durante aulas de matemática, com alunos do EM de uma escola periférica da cidade de Indaiatuba, SP. Os alunos são jovens adolescentes, em sua maioria já iniciados no mercado de trabalho. Os objetivos das aulas eram, de forma interdisciplinar, apresentar um conteúdo matemático contextualizado e significativo com pesquisas científicas e estatísticas.

## Referencial teórico

Desde Malba Tahan<sup>3</sup> que falamos da intenção de tornar a matemática mais contextualizada e menos enfadonha na aplicação dos currículos escolares. O tema permanece presente nas pesquisas voltadas a propor uma educação matemática não para criar matemáticos, e sim para trazer as fórmulas e operações para o dia a dia dos estudantes. Pois:

Sabe-se que a típica aula de Matemática, em nível de primeiro, segundo ou terceiros graus, ainda é uma aula expositiva, em que o professor passa para o quadro negro aquilo que ele julgar importante. Os alunos acreditam que a aprendizagem se dá através de um acúmulo de fórmulas e algoritmos, nada podendo gerar e criar, tornando o papel da disciplina passivo e desinteressante. (D'AMBRÓSIO, 1989, p. 15)

Portanto, o uso de práticas e métodos capazes de mudar a realidade anteriormente citada poderia ser mais eficaz ao ensino e à aprendizagem. Nesse sentido, o ensino da matemática pode ser desenvolvido por intermédio de desafios e da aplicação de problemas interessantes, que possam ser explorados e não somente resolvidos. Segundo Dante (2003):

Situações-problema são problemas de aplicação que retratam situações reais do dia a dia e que exigem o uso da Matemática para serem resolvidos. Através de conceitos, técnicas e procedimentos matemáticos procura-se matematizar uma situação real, organizando os dados em tabelas, traçando gráficos, fazendo operações etc. Em geral, são problemas que exigem pesquisa e levantamento de dados. Podem ser apresentados em forma de projetos a serem desenvolvidos usando conhecimentos e princípios de outras áreas que não a Matemática, desde que a resposta se relacione a algo que desperte interesse. (DANTE, 2003, p. 20)

Assim sendo, propõe-se uma reflexão a respeito das possibilidades de um ensino da Matemática mais significativo, de forma a superar os processos mecânicos, mesmo que usando tecnologias de ensino que não satisfazem às expectativas tanto dos professores como dos alunos no processo ensino aprendizagem. Nesta perspectiva, encontramos alguns autores e documentos que citam a contextualização do ensino de matemática.

Provavelmente a maioria dos alunos consegue enxergar a aplicabilidade do ensino de alguns temas como juros e geometria, porém, o mesmo parece ser mais difícil com matrizes. A contextualização busca identificar, para depois aplicar procedimentos metodológicos que aproximem conteúdos da área que, a princípio, não estão relacionados com o dia a dia dos estudantes. D'Ambrósio (2003) afirma que:

Contextualizar a Matemática é fundamental para todos. Afinal, como podemos deixar de relacionar a adoção da numeração indo-arábica na Europa com o florescimento do mercantilismo nos séculos XIV e XV? Ou Os Elementos de Euclides com o panorama cultural da

<sup>3</sup> Júlio César de Mello e Souza, mais conhecido como Malba Tahan, foi um professor que idealizou o aprendizado de Matemática, concretizado mediante o entretenimento, distante das aulas tediosas e intencionalmente complexas.

Grécia Antiga? E não se pode entender Newton descontextualizado. {...} Alguns dirão que a contextualização não é importante, que o importante é reconhecer a Matemática como a manifestação mais nobre do pensamento e da inteligência humana... e assim justificam sua importância nos currículos. (D'AMBRÓSIO, 2003, p. 6)

Assim, no ensino contextualizado, o aluno tem mais oportunidades de entender o motivo pelo qual lhe é ofertado tal conteúdo, superando o distanciamento entre suas experiências, seu dia a dia e os temas estudados. Na opinião de Inocêncio et al. (2017) quando o ensino não é contextualizado com a vida do aluno, o fracasso pode ser o resultado. Como fracasso escolar entende-se a infrequência, a alta taxa de abandono e a reprovação dos alunos. Muitos autores se dedicaram ao tema, como Ribeiro (1991), que lembra que a repetência, naquele momento, era vista como aprendizado eficaz. Já Gomes (1999) trata não da repetência, mas sim do sucesso escolar, e o relaciona com autonomia, clima escolar, formação docente, qualidade do trabalho e compromisso com a aprendizagem. Possivelmente, poderemos compreender que o autor citado anteriormente ainda é atual, ao analisarmos as taxas de fracasso nos dias de hoje. Ainda sobre o sucesso e o fracasso escolar de alunos do EM, a autora Silva (2016) analisou dados de 1999 a 2014, período concomitante aos projetos de aprovação automática e de aluno na série correspondente, concluindo que houve uma diminuição das taxas de abandono e um aumento das taxas de reprovação em escolas públicas. Para a autora, “o êxito dos alunos pode não estar vinculado diretamente a sua permanência na escola, e a alta Taxa de Reprovação não resulta objetivamente em maior desempenho dos estudantes” (SILVA, 2016, p.1).

Outro estudo publicado por Franceschini (2017) faz um retrato individual do fracasso, destacando algumas características do aluno: é pardo, está em idade avançada em relação à série em que está matriculado, trabalha e, no caso de alunas mulheres, têm filhos. A autora ainda apresenta pesquisa com a opinião dos próprios alunos e da coordenação pedagógica sobre quais seriam os motivos do fracasso escolar e conclui que os principais são:

(...) o trabalho, as questões familiares (falta de acompanhamento escolar por parte das famílias, necessidade de cuidar de irmãos, maridos e filhos), não ter dinheiro para o transporte escolar, a violência na escola e fora dela, a falta de interesse nas aulas, os professores ruins, o uso de drogas, as más companhias, o *bullying* e ter tido reprovação anterior. (FRANCESCHINI, 2017, p. 2)

Outra perspectiva é apresentada a partir do olhar do aluno com dificuldade de aprendizagem a respeito de si, em conjunto com as representações dos juízos que os professores teriam de tais alunos. Osti (2013, p. 422-423) apresenta os sentimentos dos alunos como representação negativa, mau aluno, acreditam que os conteúdos são difíceis, acreditam que tenham alguma doença, e termina afirmando que aprender é uma tarefa tensa e maçante.

Outros autores já se debruçaram sobre o tema do fracasso escolar, porém a perspectiva da influência do trabalho ainda é pouco explorada. Questões como emprego, direitos trabalhistas e futuro poderiam ser mais aprofundadas em sala de aula.

Em seu texto, Silva Filho (2019) investigou as causas da evasão e ou da permanência do aluno trabalhador na escola de curso técnico e afirma que essa permanência está “relacionada à satisfação, à integração, ao desenvolvimento psicossocial e cognitivo, ao comprometimento e à identificação com a profissão, e à qualidade do curso e da instituição onde o aluno irá realizar sua formação profissional” (SILVA FILHO, 2019 p. 95).

A pesquisa ainda indicou que a falta de uma política pública educacional efetiva, que não seja confusa e que tenha continuidade entre governos, poderá favorecer o abandono do curso/ escola para trabalhar. O autor lembra que o aluno que não consegue se manter na escola contribui não somente com os números de evasão, mas com o fomento da força de trabalho barata. Na mesma linha de pensamento, Carmo (2018) considera que:

O abandono escolar deve ser combatido por meio de ações concretas e imediatas dentro do ambiente escolar, pois não há como impedir o jovem de trabalhar, mas há como a escola se adaptar e oferecer oportunidades diferenciadas àqueles que necessitam entrar no mercado de trabalho. (CARMO, 2018, p. 87)

A autora comprovou que a maioria dos estudantes de sua pesquisa que abandonou os estudos era de trabalhadores.

Apesar das considerações sobre a necessidade de maior/ melhor atenção ao tema trabalho, emprego e renda no currículo, neste texto o foco seguirá na atenção ao mundo do trabalho como possibilidade de evitar o fracasso e abandono.

Trago aqui o resultado de uma breve busca ao tema trabalho e emprego, que é encontrado no Currículo Paulista (CP) do EM, composto por documentos que orientam a discussão sobre trabalho e emprego, articulados às habilidades a serem desenvolvidas, entre as quais foram detectadas as nomenclaturas EM13CHS401, EM13CHS403 e EM13CHS404 (SÃO PAULO, 2020).

Essas são apenas algumas das habilidades que conversam com o próximo subtítulo “o mundo do trabalho”, um assunto que carece aprofundamento em discussões futuras. Porém, o tema parece escanteado ou deixado apenas ao âmbito da sociologia, disciplina que passou a figurar como componente obrigatório em 2008 e, em muitos casos, não dispõe de professor em sala ou quando os tem, não são formados. Bodart (2018) informa que a sociologia “é a disciplina no Brasil que possui menor percentual de professores formados na área; apenas 13,6% têm formação em Ciências Sociais/ Sociologia” (BODART, 2018, p. 456-457). Vale lembrar que no novo EM, o aluno poderá não escolher a disciplina de sociologia.

O próprio documento Currículo Paulista argumenta que o:

Estado de São Paulo almeja tornar o percurso do Ensino Médio mais atraente para seus jovens estudantes pois, embora tenhamos apresentado avanços nos índices de aprendizagem, ainda temos taxas significativas de evasão e abandono. (SÃO PAULO, 2020, p. 31)

É necessário lembrar que nos termos da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, a oferta de itinerários deve observar alguns critérios:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional. (SÃO PAULO, 2020, p. 31)

De acordo com o parágrafo 2º do Artigo 12 das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), nos termos da Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, repetido pela Portaria MEC nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018, os itinerários formativos das diferentes áreas e da formação técnica e profissional em quatro eixos estruturantes são os que seguem: investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo.

Ainda no documento do CP (SÃO PAULO, 2020), propõe-se a articulação entre os componentes:

(...) de forma articulada desenvolvido pelas disciplinas da área, cujas habilidades pressupõem o desenvolvimento integral do estudante a partir da articulação entre componentes, dialoga com o perfil juvenil na contemporaneidade. Os jovens, inseridos em culturas digitais, devem ampliar esse conhecimento relacionado às multisseioses. (SÃO PAULO, 2020, p. 51)

Dessa forma, a mesma habilidade pode ser trabalhada em diferentes objetos de conhecimento, distribuídos em arranjos curriculares.

Os itinerários formativos são compostos por diferentes arranjos curriculares e pretendem aprofundar e ampliar as aprendizagens desenvolvidas na formação geral básica. Nos termos da Lei

nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, a oferta de itinerários deve observar alguns critérios:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I - Linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional.

Conforme o parágrafo 2º do Artigo 12 das DCNEM, nos termos da Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, reiterados na Portaria MEC nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018, os itinerários formativos das diferentes áreas e da formação técnica e profissional devem ser organizados considerando quatro eixos estruturantes: investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo (SÃO PAULO, 2020).

O CP apresenta, ainda, os itinerários formativos, que são parte flexível do currículo, devendo ser ofertados por meio de diferentes arranjos curriculares. Poderão ser organizados de forma integrada, ou seja, articulando diferentes áreas do conhecimento, arranjadas entre duas áreas, três áreas ou mesmo entre as quatro áreas do conhecimento, a saber: Matemática, área de Linguagens, área de Ciências Humanas e área de Ciências da Natureza.

Este texto não tem a pretensão de trazer à discussão o currículo, mas mostrar alguns excertos do tema trabalho e emprego e como é tratado no Novo E.M. Aponto que a escolha das habilidades selecionadas anteriormente conversa com o próximo subtítulo “o trabalho”, temas atuais e que carecem ser discutidos nessa, que, foi chamada de “reforma empresarial” por Freitas (2018).

O novo currículo fortalece o protagonismo juvenil com destaque ao empreendedorismo e habilidades socioemocionais. Para Catini (2020. P.57) “não basta a classe dominante querer ensinar quem trabalha a sacrificar-se ser amável: pretende ainda transformar auto gestão em atributo pessoal”, reduzindo assim a educação num processo de seleção para o trabalho e para o empreendedorismo.

O direito a educação parece escanteado ao se lembrar que o Novo E.M. prevê aumento de carga horária com diminuição das disciplinas obrigatórias, não obrigatoriedade de filosofia e sociologia, além de não pensar no aluno trabalhador que possivelmente optará pelo trabalho em detrimento da escola.

Apesar de o tema trabalho ser amplamente tratado, não apresenta aprofundamento ou contemporaneidade, perspectivas das quais não podemos nos furtar, como a uberização, reformas, direitos, lutas de classes entre vários outros aspectos.

O documento do CP (SÃO PAULO, 2020, p. 242) prega o empreendedorismo como sendo função de “desenvolvimento de competências transversais que mobilizem conhecimentos e busquem novas oportunidades de negócio e de atuação profissional, permitindo ao estudante resolver problemas relacionados ao mundo do trabalho e ao seu cotidiano.”

Em contraponto, o empreendedorismo aparece com certo destaque, pois ele

passa a ocupar as agendas de organismos públicos e privados, sobretudo nos últimos dez anos. Para além da geração de ocupação e renda, a ênfase consiste em moldar um determinado tipo de personalidade, em tese ajustada ao espírito do capitalismo: concorrencial, individualista, focado na responsabilização das pessoas. Os jovens, enquanto “sujeitos em formação”, receberam de forma mais significativa as investidas voltadas à difusão de uma cultura empreendedora. (TOMMASI; CORROCHANO, 2020, p. 364)

Reforço que este texto não se propõe a explorar o CP em profundidade, carecendo outras pesquisas, porém pode-se afirmar que as demandas presentes no CP são de setores produtivos contemporâneos, fortemente marcados pela volatilidade e pela presença, quando não, dependência do emprego das tecnologias da informação (TICs), deixando temas importantes à margem, conforme apresento a seguir.

## O trabalho

Até o fim dos governos Lula e Dilma vimos investimentos sociais importantes para a queda das desigualdades, projetos como Projovem, Primeiro Emprego, Prouni, entre outros, foram importantes para a permanência do jovem na escola e a sua inserção no mundo do trabalho (COMIN, 2015).

Com a bandeira da modernização e da criação de empregos, políticas liberais promoveram a reforma da Previdência em 2017 no então governo Temer, prometendo mais empregos à custa de flexibilizar contratações, demissões, negociações e ações judiciais.

Já no governo Bolsonaro, entre outros cortes na área social, foram promovidas novas mudanças nas leis trabalhistas, como a Medida Provisória (MP) 905/ 2019, que altera pontos da legislação trabalhista e cria o Contrato de Trabalho **Verde Amarelo**. A referida MP autoriza que o empregador, mediante acordo com o trabalhador, possa contratar um seguro privado de acidentes pessoais e pagar 5% do adicional de periculosidade sobre o salário base do empregado, diferentemente dos 30% estabelecidos pela lei para os trabalhadores do regime CLT. Em resumo, essa abertura prejudica o salário, as condições de trabalho, a jornada de trabalho, a saúde do trabalhador e a organização sindical, para buscar compreender como a reforma trabalhista institui a precarização como regra (DRUCK *et al*, 2019).

No pior dos cenários, o mundo tem enfrentado uma pandemia que afetou não só a saúde, mas também a ocupação e a renda. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FVG) publicado no mês de setembro de 2020 indica que a renda do trabalhador caiu no ano anterior cerca de 20%, destacando que os mais afetados pela crise gerada pela pandemia foram os indígenas (-28,6%), analfabetos (-27,4%) e jovens entre 20 e 24 anos (-26%) (NERI, 2020).

Apesar de a crise alcançar a todos, os jovens estão entre os mais atingidos. Quando o tema é emprego formal, a taxa de desocupação foi 13,3 %. Porém entre os jovens, a taxa de desemprego da população de 18 a 24 anos foi de 23,8%, no 4º trimestre de 2019. Já no dado divulgado sobre o período encerrado em junho de 2020, a taxa de desemprego de jovens atinge 27,1% no primeiro trimestre (BRASIL, 2020).

A transição da escola para o trabalho é um momento importante na vida do indivíduo, tornando imprescindível qualificar os jovens de forma a garantir a igualdade de oportunidades e a sua capacidade de adaptação às mudanças (FRESNEDA, 2009). Cabe aqui lembrar que estamos em um momento de crise sanitária e econômica, que afeta principalmente os jovens, mas também temos o país dirigido por um governo liberal, que sob determinados pontos de vista, dificulta o acesso a políticas sociais e promove o desmonte dos direitos trabalhistas. Ainda que o Estatuto da Juventude reconheça o direito “à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social” (artigo 14), a autora Constanzi (2009) destaca a frágil articulação com as políticas educacionais e com o Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda. É de se considerar que em momentos de crise, a quantidade de empregos diminua. Então, o trabalho decente<sup>4</sup> que não era destinado aos não jovens, agora é disputado por toda massa de trabalhadores.

A baixa escolaridade representa grande desvantagem para os jovens que pretendem ingressar no mercado de trabalho. Rocha (2008), em um estudo com jovens estudantes e não estudantes, demonstra aumento da escolaridade e, ainda assim, aponta que o salário chega a ser 1/3 inferior entre as duas categorias, destacando que os jovens:

São os mais diretamente atingidos: apresentam uma evolução mais adversa da taxa de desemprego que os demais trabalhadores, o que se relaciona com suas características intrínsecas, como inexperiência, mas também com o fato de receberem o impacto integral dos ajustes do mercado de trabalho. (ROCHA, 2008, p. 14)

O discurso recorrente de que a maior escolaridade aumentaria chances de inserção e permanência do jovem no mercado de trabalho e da qualidade de atividade exercida realmente é

<sup>4</sup> O conceito de Trabalho Decente foi introduzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1999, e visa traduzir o objetivo de garantir a todas as pessoas oportunidades de emprego produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade.

comprovada por vários autores, entre eles, Parente (2014). Numa opinião parecida, Madeira (1998) também reforça a importância da qualificação profissional e da permanência de mais tempo dentro do ambiente escolar. Então, incentivar jovens a permanecer na escola deveria ser uma das mais importantes tarefas da escola.

É sabido que o homem é um produto do meio. De outra perspectiva, entende-se também que o próprio meio é influenciado pela ação do homem. Segundo Oliveira:

Nove décimos de tudo o que você faz, diz, pensa, sente, desde que se levanta de manhã cedo até quando vai para a cama dormir, você diz, faz, pensa, sente não como expressão própria, independente, mas em conformidade inconsciente e sem crítica com regras, regulamentos, hábitos grupais, padrões, códigos, estilos e sensações que existiam muito antes que você nascesse. (RUSSEL, G. Smith *apud* OLIVEIRA, 2001, P.151)

Poderiam ser diferentes as percepções de professores e alunos, sobre o trabalho? Tais divergências poderiam ser atribuídas às diferenças de socialização, de formação de cada parte, da idade ou ainda devido à experiência de vida?

Saito e Oliveira (2018), fazendo um paralelo entre a Teoria Histórico-Cultural e a Teoria Crítica, afirmam que a escola é um local da reprodução, da repetição, da mecanização e padronização do conhecimento. Dito de outra maneira, muitos professores estabelecem suas ações à luz de receituários pedagógicos, sem falar da adaptação pedagógica que gera o conformismo uniformizador de muitas ações que se afirmam pedagógicas.

Assim, sem memória, sem experiência e sem posição crítica no mundo, muitos espaços educacionais, reproduzindo interesses capitalistas e da indústria cultural, vão perdendo a consistência filosófica e pedagógica no desenvolvimento dos processos educativos. A educação, que deveria voltar-se para o exercício do pensar crítico, da autorreflexão e da autocrítica, capazes de conduzir os alunos ao projeto da emancipação humana, reifica e rompe com as possibilidades de experiência formativa do pensar crítico e elaborado, limitando jovens a ações reprodutivistas, utilitaristas e unificadoras do pensamento, ou seja, o “sempre idêntico” (HORKHEIMER, 2002).

O conhecimento formativo rende-se aos aparatos técnicos que criam mecanismos de sedução e armadilhas educativas, como é o caso da fragmentação do cuidar e educar, da atividade docente cerceada pelas avaliações externas ou ainda pela repetição sem objetivos. Tais práticas levam a processos de conformismo, adaptação e aprisionamento intelectual, já que deve ser feito somente o que se pede na atividade ou no senso comum, transformando o professor em ação técnica e instrumental com a aplicação de conhecimentos produzidos pelas ciências da educação.

Na sociedade contemporânea, de acordo com Gómez (1999), a escola:

Deve provocar o desenvolvimento de conhecimentos, ideias, atitudes e pautas de comportamento que permitam sua incorporação eficaz no mundo civil, no âmbito da liberdade do consumo, da liberdade de escolha e participação política, da liberdade e responsabilidade na esfera da vida familiar. Características bem diferentes daquelas que requer sua incorporação submissa e disciplinada, para a maioria, no mundo do trabalho assalariado. (GÓMEZ, 1999, p. 15)

Portanto, repetir padrões ou informações ultrapassadas poderia, em muitos casos, promover o desestímulo e o fracasso do educando? O autor citado anteriormente ainda afirma de forma veemente que:

Viver na escola, sob o manto da igualdade de oportunidades e da ideologia da competitividade e meritocracia, experiências de diferenciação, discriminação e classificação, como consequência do diferente grau de dificuldade que tem para cada grupo social o acesso à cultura acadêmica, é a forma mais eficaz de socializar as novas gerações na desigualdade. Deste modo, inclusive os mais desfavorecidos aceitarão e assumirão a legitimidade das diferenças sociais e econômicas e a mera vigência formal das exigências democráticas da esfera política, assim como a relevância e utilidade da ideologia do individualismo, a concorrência e a falta de solidariedade. (GÓMEZ, 1999: 21)

### Na teoria de Althusser (1999):

O Aparelho de Estado não só contribui, em grande parte, para sua própria reprodução, mas também, e sobretudo, garante, pela repressão (desde a mais brutal força física até às simples ordens e proibições administrativas, à censura aberta ou tácita etc.), as condições políticas gerais do funcionamento dos Aparelhos ideológicos de Estado. (ALTHUSSER, 1999, p. 164)

Seria a escola, na opinião de Althusser (1999), um braço do Estado, assim como o professor, seu instrumento ideológico, através de sanções, inclusões e exclusões. Considerando que, em certos casos, a escola e o professor têm a função de moldar o aluno para o mercado de trabalho, não o considerando ou o entendendo como cidadão, possivelmente promovendo a exclusão dentro da própria escola. O discurso mais comum sobre o papel social da escola/ educação o descreve como organizar os processos de aprendizagem dos alunos, tanto em nível intelectual como emocional e ético, no campo individual e coletivo, promovendo assim seres completos e capazes de se realizarem pessoal e profissionalmente, contribuindo para melhorar a sociedade.

Com isso, a escola poderia reproduzir ideias e conceitos que nem os próprios alunos aceitam, como ressalta Silva (1992), nos seguintes termos:

De uma forma ou de outra, o conteúdo escolar, o currículo da educação escolar, o currículo declarado ou implícito, o conhecimento oficialmente transmitido e as atitudes explicitamente cultivadas ou o conhecimento subjacente e as virtudes ocultamente inculcadas, tudo isso se torna agora problemático e problematizável. (SILVA, 1992, p. 178)

Ao analisar estudantes ingressantes no ensino superior, mais especificamente a predominância do estudante na educação superior brasileira, Vargas e de Paula (2012) consideram que

embora a grande maioria dos nossos estudantes trabalhe, as políticas públicas e a legislação brasileira não contemplam a particularidade dessa condição, dificultando a permanência do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na universidade. (VARGAS; DE PAULA, 2012, p. 459)

Segundo as autoras, as políticas públicas são frágeis e negligenciam a situação do jovem estudante trabalhador. Portanto, se programas de incentivo ao trabalho do jovem não o afetam na universidade, podemos inferir que o mesmo não ocorra no EM. Vale lembrar que a pesquisa foi publicada antes de governos de direita, desmonte de programas sociais e da pandemia. Assim, a capacidade econômica da família seguirá tendo maior influência nas escolhas e caminhos escolhidos pelos jovens no mundo do trabalho.

Alguns autores já versaram sobre as condições de trabalho dos jovens, entre eles, Tommasi e Corrochano (2020), que afirmam que o trabalho está quase 50% na informalidade e é “geralmente em condições precárias, com jornadas longas e sem direitos” (p. 354), lembrando que as estatísticas de desemprego, subocupação e desalento vêm subindo na última década. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do segundo trimestre de 2020 trazem também informações de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas. Pode-se, então, afirmar que “A falta de articulação com políticas educacionais, profissionalizantes e laborais estruturantes acabou reforçando o encontro entre uma formação profissional ruim e um primeiro emprego precário” (TOMMASI e CORROCHANO, 2020 p. 357).

Tommasi e Corrochano (2020) destacam que, com a diminuição dos programas de inserção dos jovens no mercado de trabalho, registra-se aumento no número de empreendedores: “o empreendedorismo aparece como uma saída ao aumento do desemprego” (TOMMASI; CORROCHANO, 2020, p. 361). Pesquisa realizada por Canever *et al* (2013) com 580 alunos de graduação revela que apenas 6% dos estudantes planejam tornar-se empreendedores. Identificando que a motivação principal para empreender são a independência e o reconhecimento social, esse estudo confirma que o desemprego também é um incentivo para o empreendedorismo. Outra pesquisa realizada por

Bulgacov *et al* (2011), que analisa a trajetória do jovem empreendedor, revela que sua principal motivação é a necessidade e o autoemprego, que o empreendedor emprega poucas pessoas, tem pouca infraestrutura de enfrentamento de crise e que não gera grandes impactos econômicos, registrando ainda, que a maioria desses empreendedores que sobrevive no mercado, o faz de forma precária.

O novo modelo de empreendedorismo que é vendido como atraente e ideal, pois propaga a ideia de modernidade e possibilidade de se tornar um empreendedor, ser autônomo, com flexibilidade de horário e retorno financeiro imediato, no entanto, através de novos modelos de contrato de trabalho, oriundos de dispositivos tecnológicos, denominados economia colaborativa ou cultura de compartilhamento, pode encobrir, para uma parcela dos aspirantes a empresários, uma exploração da mão de obra, por parte de poucas e grandes organizações que concentram o mercado mundial dos aplicativos e plataformas digitais. Os arranjos na base desses contratos apresentam, entre outras características, a ausência de qualquer tipo de responsabilidade ou obrigação em relação aos “parceiros cadastrados”. O trabalhador é responsável pelos seus instrumentos de trabalho, fica submetido ao trabalho intermitente, não tem seus direitos trabalhistas garantidos. Marx (1985) considera que “a máquina é inocente das misérias que ela causa”, mas as consequências geradas como falta de direitos são resultado do modelo de produção capitalista.

A precarização do trabalho está entre as estratégias de dominação que, por exemplo, facilita ao empregador demitir, redefinir horários e jornadas de trabalho, implementar salários flexíveis, substituir empregados efetivos por temporários e terceirizar atividades fins e meios. Nessa perspectiva, Antunes (2006) considera que:

O capitalismo contemporâneo vem trazendo profundas alterações na composição da classe trabalhadora em escala global. Ao mesmo tempo em que o proletariado industrial se reduz em várias partes do mundo, particularmente nos países de capitalismo avançado, em decorrência há uma significativa expansão de novos contingentes de trabalhadores e trabalhadoras nos setores de serviços, bem como na agroindústria e na indústria. (ANTUNES, 2018, p.118)

Ao pensar na precarização do trabalho e buscar resistência ao que está imposto até o momento, o caminho não é negar as tecnologias. Para o autor citado anteriormente, a via é provocar mudanças, objetivando uma sociedade mais humana a partir do resgate do socialismo, ou seja, realizar um projeto de emancipação humana e social. Cita, ainda, a necessidade de fortalecimento dos sindicatos para defender o trabalhador. Concordando com essa opinião, Iamamoto (2014) comenta sobre a necessidade de reconhecer e legalizar todos os direitos e deveres dos sujeitos envolvidos.

Em outra perspectiva, Corrochano *et al* (2019), ao pesquisar as alterações nos sentidos do mundo do trabalho a partir das experiências de escolarização e trabalho e a participação dos jovens em práticas coletivas para “enfrentar discriminações e dificuldades econômicas e sociais” (p. 168), identificou que o enfrentamento ocorre a partir das suas experiências de trabalho, da maior escolarização e da militância. Por fim, afirma que as possibilidades de superação ocorrem quando há maior escolaridade e engajamento coletivo na busca de um trabalho satisfatório.

Portanto, problematizar e entender a visão tanto dos alunos como dos seus professores pode trazer entendimento ao assunto e motivar melhorias nas políticas públicas, bem como inspirar na busca pela melhor qualidade de trabalho, maior tempo do aluno na escola e mais engajamento coletivo.

## Considerações

Embora se reconheça a existência de limites ao se discutir no chão da escola mudanças no currículo, também lembro que é no chão da escola que sentimos as dificuldades e podemos entender melhor a situação e as demandas dos alunos para, assim, cobrar mudanças, senão junto às esferas superiores, pelo menos dentro da sala de aula e entre os pares educadores.

O professor não pode se ausentar dos assuntos polêmicos contemporâneos, especialmente dos temas emprego, renda, trabalho. Tampouco abrir mão de sua responsabilidade em discutir e entender se o aluno que precisa trabalhar, acaba não enxergando uma escola que não se preocupa

com seu futuro, visto tão poucos momentos serem voltados a tratar de temas mais contemporâneos ao emprego e trabalho.

Sem dúvida, o trabalho é uma dimensão muito presente na vida dos jovens, principalmente os da periferia, onde surgiram minhas inquietações a respeito desse assunto, um lugar sem emprego, pois os jovens continuam a ser os mais afetados pela ausência de uma colocação, pior ainda, em momentos de crise e de grande oferta de mão de obra, juntando-se a isso o tráfico de drogas presente nas ruas.

Muitas são as dificuldades enfrentadas para favorecer a permanência do jovem na escola, conforme apresentado anteriormente. Trago aqui a necessidade de levar o tema trabalho ao centro das discussões e não apenas imaginar que o empreendedorismo seria a solução dos problemas financeiros. Mais: acreditar no aprofundamento dessas discussões, não sendo necessário mudar o currículo, mas inserindo-as em mais componentes curriculares para além da sociologia ou matemática. Trabalhar para que o “empreendedorismo” não seja apresentado como a única solução para os problemas de desemprego entre os jovens, colaborando para a compreensão das relações de trabalho e educação, para entender como essas dimensões são importantes em suas vidas.

Essa discussão tem a intencionalidade de pensar em mais possibilidades de atacar a evasão e o fracasso escolar do jovem que trabalha ou precisa trabalhar, propondo a reflexão sobre possíveis soluções para problemas que o aluno poderá encontrar quando todas as escolas e redes estiverem funcionando sob o novo EM. Como o aluno trabalhador irá estudar quando aumentar a carga horária do EM? E o aluno que se transferir de escola, terá que mudar de itinerário? Ou ainda, como uma escola sem verba irá promover um itinerário de formação técnica e profissional?

## Referências

ALEXANDER, B. **The myth of drug-induced addiction**. 2010. Disponível em: <https://www.brucealexander.com/articles-speeches/demon-drug-myths/164-myth-drug-induced>. Acesso em 01 fev 2019.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, 528p. Coleção Mundo do Trabalho.

\_\_\_\_\_. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. 325 p

BARBOSA, J. de C.; FERRAZ, D. P. de A.; PIMENTA, C. A. M. Senses produced in the public school: individual guilt and possibilities of transformation. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 352-369, 2017. DOI: 10.17648/rsd-v6i4.167. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/167>. Acesso em: 16 sep. 2022.

BODART, C. Prática de ensino de sociologia: as dificuldades dos professores alagoanos. **Revista Mediações**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 455-491, 2018.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. IBGE. 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

BULGACOV, Yára Lúcia M. *et al*. Jovem empreendedor no Brasil: a busca do espaço da realização ou a fuga da exclusão?. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 695-720, June 2011. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122011000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000300007&lng=en&nrm=iso). Acesso em 15 Mar. 2021.

CANEVER, Mario Duarte *et al*. Empreendedorismo: por que alguns estudantes e não outros escolhem ser empreendedores?. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 101-124, abr. 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812013000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000100007&lng=pt&nrm=iso). acessos em 15 mar 2021.

CARMO, Renata Renier de Lima do. **O Abandono Escolar No Ensino Médio Da Escola Estadual Rui Barbosa**. 2018. Dissertação. Universidade Federal de Juiz de Fora / MG

CLANDININ D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa Narrativa: experiências e história em pesquisa qualitativa**. Uberlândia: EdUFU, 2011.

COMIN, Alvaro Augusto. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. In: **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos** [S.l: s.n.], 2015.

CORROCHANO, M. C., SOUZA, R., & ABRAMO, H. (2019). Jovens ativistas das periferias: experiências e aspirações sobre o mundo do trabalho. **Revista Trabalho Necessário**, 17(33), 162-186. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.17i33.p29373>, acesso mai 2022

CONSTANZI, R. N. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

D'AMBRÓSIO, Beatriz S. Temas e debates. In: D'AMBRÓSIO, Beatriz. Como ensinar Matemática hoje. 1989 ed. Brasília: SBEM, 1989. p. 15-19

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Educação Matemática: da teoria à prática**. Campinas: Papirus, 2003.

DANTE, Luiz R. **Didática da Resolução de problemas de matemática. 1ª a 5ª séries para estudantes do curso Magistério e professores do 1º grau**. 12ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA, Selma Cristina. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Cad. CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 289-306, Aug. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792019000200289&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000200289&lng=en&nrm=iso), acesso em 11 Mar. 2021.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa da. **Evasão e Permanência do Aluno-Trabalhador na Educação Profissional Técnica Subsequente ao Ensino Médio do IFAP**. Dissertação. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de PósGraduação em Currículo e Gestão da Escola Básica. Belém, PA, 2018.

FILHO, Stélio Coêlho Lombardi. **O Processo De Transição Escola-trabalho No Brasil: Primeiro Emprego, Emprego Decente E Heterogeneidades Nacionais Em Perspectivas Comparativas**. Tese. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte 2019.

FRANCESCHINI, Vanessa Lima Caldeira; MIRANDA-RIBEIRO, Paula; GOMES, Marília Miranda Fortes. Porta de entrada ou porta de saída? Fracasso escolar no ensino médio segundo estudantes e coordenadores(as) de escolas em ribeirão das neves, MG. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 33, e164208, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. Reforma Empresarial da Educação. A nova direita, velhas ideias. Expressão Popular. 2018

FRESNEDA, B. Transição da escola para o trabalho e estratificação social. Segurança Urbana e Juventude. Tese. universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte / MG

GOMES, C. A. Sucesso e fracasso no ensino médio. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 24, p. 259-280, 1999.

GROLLMUS, Nicholas S.; TARRÈS, Joan P. Relatos metodológicos: difractando experiências narrativas de investigación. **Fórum Qualitative Social Research**, v. 16, n. 2, mayo 2015.

HORKHEIMER, M. Meios e fins. In: HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. 7. ed. São Paulo: Centauro, 2002. p. 9-62.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, pág. 608-639, dezembro de 2014. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282014000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000400002&lng=en&nrm=iso), acesso em 20 Mar 2021.

Inocencio, A. O., & Hlenka, V. Principais causas para a desistência de alunos no ensino médio. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**. Medianeira, 8(16), E-4974. Universidade Tecnológica

Federal do Paraná (UTFPR).

MARX, K. **O capital**. 10.ed. São Paulo: Difel, 1985. Livro 1. v.I, II

NERI, Marcelo. **Qual foi o Impacto Imediato da Pandemia do Covid sobre as Classes Econômicas Brasileiras?** 2020. Disponível em: <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-lanca-o-estudo-qual-foi-o-impacto-imediato-da-pandemia-do-covid-sobre-classes>, acesso em 09 Mar 2021.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas**. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OSTI, Andréia; BRENELLI, Rosely Palermo. Sentimentos de quem fracassa na escola: análise das representações de alunos com dificuldades de aprendizagem. **Psico-USF**, Itatiba, v. 18, n. 3, pág. 417-426, dezembro de 2013.

PARENTE, Cristina *et al.* Os jovens pouco escolarizados no mercado de trabalho português. **Anál. Social**, Lisboa, n. 210, p. 74-102, mar. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0003-25732014000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732014000100004&lng=pt&nrm=iso), acesso em 08 Mar 2021.

RIBEIRO, S. C. A pedagogia da repetência. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 12, p. 7-21, 1991. DOI: 10.1590/s0103-40141991000200002.

ROCHA, Sonia. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, pág. 533-550, dezembro de 2008. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792008000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300009&lng=en&nrm=iso), acesso em 13 Mar de 2021.

SILVA, Patricia Borges Coutinho da *et al.* Sobre o sucesso e o fracasso no Ensino Médio em 15 anos (1999 e 2014). **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 91, p. 445-476, June 2016.

SILVA, Tomaz T. **O que produz e o que reproduz em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. **Currículo do Estado de São Paulo: 1ª Ed.** Atualizada, 2020, 301p.

SÃO PAULO (2022) <https://dados.educacao.sp.gov.br/story/fluxo>. Acesso set 2022

TOMMASI, Livia de; CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 353-372, ago. 2020. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142020000200353&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200353&lng=pt&nrm=iso), acesso em 15 Mar 2021.

SAITO, H. T. I.; OLIVEIRA, M. R. F. de. Trabalho docente na educação infantil: olhares reflexivos para a ação intencional e planejada do ensino. **Imagens da Educação**, v. 8, n. 1, 2018.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 459-485, July 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772013000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000200012&lng=en&nrm=iso), acesso em 16 Mar. 2021.